

https://doi.org/10.20873/dez2023_7



AMAZÔNIA URBANA

Entrevista com Ana Claudia Cardoso¹

Por Glenda Barros Moura²

A entrevista com a professora Ana Cláudia Cardoso foi uma demanda da **Revista Amazônia Moderna** com o intuito de apresentar às leitoras e aos leitores do periódico os trabalhos desenvolvidos e a sua trajetória como pesquisadora, que se destaca nas discussões sobre urbanismo no Brasil. Como preparação para a entrevista, que teve início no dia 11 de outubro deste ano, foi realizado um levantamento prévio sobre a atuação da pesquisadora, bem como a leitura de alguns dos seus trabalhos publicados. O resultado foi uma entrevista que traça um breve perfil desde o início da sua jornada acadêmica até os esforços de ampliar as redes de discussões e pesquisas sobre as cidades dentro da região Amazônica com a criação do Observatório Amazonidades.



Apresentação realizada na Sessão Plenária III "Ciência e pesquisa na construção de cidades sustentáveis e includentes", parte da programação da Reunião Magna da Academia Brasileira de Ciências, realizada em maio de 2023, no Museu do Amanhã - Rio de Janeiro. (Créditos: Reprodução do YouTube³).

¹ Ana Claudia Cardoso é arquiteta graduada pela UFPA em 1990, PhD em Arquitetura em *Oxford Brookes University* em 2002 e Professora Titular de Urbanismo da UFPA.

² Jornalista pela Universidade Federal do Tocantins (UFT), <https://orcid.org/0009-0000-8474-7715>, moura.glenda@mail.uft.edu.br.

³ Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=R2arR8NuL5Y>> Acesso em: 20 de dezembro de 2023.

https://doi.org/10.20873/dez2023_7



Glenda Barros: Professora Ana, você tem um extenso currículo, com trabalhos consideráveis na área da arquitetura e do urbanismo, gostaria começar perguntando: por que você decidiu cursar Arquitetura? Parece uma pergunta clichê, mas quando se entende a motivação para algo, muito do que vem depois passa a ter mais sentido.

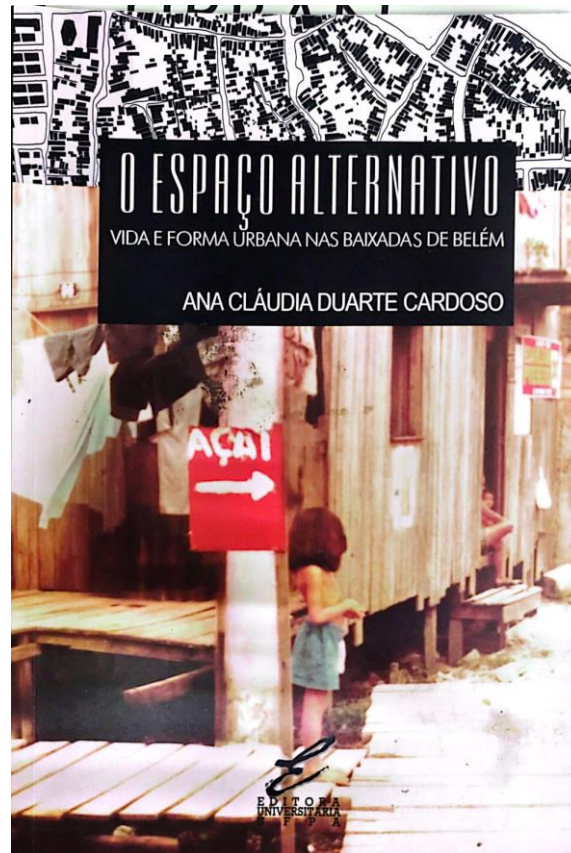
Ana Claudia Cardoso: Eu fui influenciada por uma pessoa quando eu era criança, uma colega de faculdade do meu pai, ele fazia Engenharia Civil; e ela, Arquitetura. Eu gostava da atitude dela, mais relaxada e feminina do que a dos estudantes de Engenharia. Ela me mostrava figuras de casinhas, e eu comecei a dizer que ia ser arquiteta, por volta dos cinco ou seis anos de idade. Depois que eu ingressei no curso passei a perceber que o Urbanismo tinha uma promessa política maior, e já fui me direcionando para esse campo na pós-graduação.

Glenda Barros: E a carreira acadêmica? O que te motivou a segui-la?

Ana Claudia Cardoso: Até eu estar graduada, e já cursando o mestrado, não considerava a vida acadêmica. A formação na nossa escola da UFPa era muito orientada para o escritório. Todavia, o ingresso no mercado era muito difícil. Tentei montar um escritório com duas amigas, mas percebemos que era preciso bem mais do que conhecimento técnico para deslanchar neste campo. Aos poucos, a universidade foi emergindo como o melhor lugar para uma pessoa, com o meu perfil, trabalhar em Belém. Eu tinha consciência que era muito jovem, que precisava fazer coisas que me permitissem seguir aprendendo. A melhor maneira de aprender é se preparar para ensinar, e ao ensinar aprender com quem nos escuta. Fui formada para a vida acadêmica na Amazônia pelos entrelaçamentos entre os conteúdos acadêmicos e os diálogos com o movimento social, e também com memórias da região. Essa dinâmica deslançou com a chegada dos desafios de extensão, em particular os pedidos de ajuda para desenvolvimento de planos diretores para municípios do Pará.

Glenda Barros: Você fez seu doutorado em Oxford, uma das universidades mais renomadas do mundo. O tema da sua tese foi Belém. Como foi esse processo de estudar Belém estando fora do Brasil? Isso trouxe um olhar diferente para a pesquisa?

https://doi.org/10.20873/dez2023_7



Livro “O Espaço Alternativo: vida e forma urbana nas baixadas de Belém” é fruto da pesquisa de doutorado da professora Ana Claudia Cardoso. (Imagem: Reprodução).

Ana Claudia Cardoso: Eu fiz doutorado na *Oxford Brookes University (OBU)* que, até 1992 era a Politécnica de Oxford onde, desde 1891, eram concentrados estudos técnicos e aplicados. A formação em Arquitetura remonta a 1929, Desenho Urbano e Planejamento Urbano contaram com propostas pioneiras durante os anos 1980, e nos anos 1990 ocorreu a independência como uma nova universidade, e prestigiada por três premiações nessa categoria. Como estudante da OBU, tínhamos acesso à biblioteca da Universidade de Oxford e a algumas atividades, em particular aquelas promovidas pelo Centro de Estudos Brasileiros, fechado em 2007.

Foi um privilégio ter contado com o financiamento do governo brasileiro para estudar naquela escola, naquele momento. No Brasil, só havia a oferta de doutorado em Arquitetura e Urbanismo na FAU/USP. E pelo que eu conhecia de pesquisas sobre as diferenças entre regiões e cidades brasileiras, para mim seria fundamental perseguir agendas que não eram

https://doi.org/10.20873/dez2023_7



ativas em São Paulo naquele momento. Na Inglaterra, eu descobri um mundo novo de literatura e estudos sobre os países do sul, li sobre como evoluiu a compreensão dos processos vividos por países periféricos. Nos anos 1960, éramos responsabilizados como lenientes com a informalidade, e nos anos 2000, depois dos trabalhos de Janice Perlman, John Turner, David Satterthwaite, Caroline Moser e tantos outros, a história ficou bem diferente. Era incrível ter acesso aos principais periódicos do mundo, livros, teses, dissertações, perceber tantas semelhanças entre o que eu conhecia da Amazônia e o que era narrado sobre a África, a Ásia e os outros países da América Latina. Foi possível colocar a pergunta sobre como o espaço construído influenciava as perspectivas de vida das pessoas em áreas de baixada de Belém, porque as pessoas moravam sobre a água, mesmo quando havia certa produção habitacional nos conjuntos e cooperativas financiados pelo BNH. Ali, eu comecei um movimento que se desdobra até hoje. Agora, eu entendo melhor o que eu queria fazer. Eu pressentia que havia mais a abordar por aqui do que os repertórios da urbanização da sociedade industrial, mas adentrar na discussão sobre a Amazônia demandou um percurso mais longo. Naquele momento, eu tive a colaboração de brasileiros amigos, como o José Júlio Lima e o Márcio Valença, e de inúmeros colegas estrangeiros. Certamente, o olhar foi diferente. Na Inglaterra, não há disciplinas obrigatórias, o pesquisador mergulha nas publicações e discute com os especialistas e orientadores em busca do seu percurso de pesquisa. Era possível vir ao Brasil fazer pesquisa de campo, e neste ponto também recebi muita ajuda, pois minha tese dependeu muito de dados empíricos. O espaço informal não era apreensível por dados oficiais no início dos anos 2000. Era preciso triangular fontes, ouvir, observar e produzir novas cartografias.

Glenda Barros: Um dos seus projetos de pesquisa mais recentes é sobre o periurbano estendido amazônico. Gostaria que explicasse um pouco mais sobre esse trabalho e pontuasse também o potencial transformador dele.

Ana Claudia Cardoso: Essa formulação ilumina uma camada que vem sendo obscurecida pelas colonizações e pelos arranjos espaciais entre cidades e infraestrutura logística, que coloca territórios antes distantes, a serviço do metabolismo das grandes cidades (ex.: exploração mineral, de madeira ou geração de energia): a urbanização nativa da região, que tem o DNA ancestral dos povos que produziram e foram produzidos pela floresta. Chamei de periurbano estendido para a zona dos municípios que é crivada por vilas e comunidades, de

https://doi.org/10.20873/dez2023_7



identidade ribeirinha, indígena, quilombola, camponesa etc. e que se articulam entre si e com as cidades. São espaços onde a vida é regida por rios e florestas e que por isso são interessantes nesta altura da emergência climática que vivemos. São a base de uma ocupação do território que respeita a floresta viva, e que sabe como se relacionar com ela. A narrativa da floresta como inferno verde advém das práticas do colonizador, como parte de uma estratégia racista de subalternização de pessoas e culturas que não correspondiam àquela então tomada como referência universal. Era preciso ter uma justificativa para a supressão da vegetação, para a separação entre cidade e natureza, para a criação de um “campo” onde, antes, existia floresta. Era oportuno deixar apenas a cidade em destaque, o ponto de contato entre estes dois mundos, e fazer todos crerem que a região era um vazio, a ser transformado no suposto “campo”. Além disso, os repertórios sobre como fazer a cidade adotaram referências euro-americanas, abrindo novos mercados para obras e empreendimentos importados, sem deixar que soluções endógenas emergissem.



Palestra realizada nos Diálogos Franco Lusófonos 2023, na *École Nationale Supérieure de Architecture de Paris-Val de Seine*, sobre Cidades em tempos de crises democráticas e climáticas. (Crédito: Antonio Couto Nunes).

https://doi.org/10.20873/dez2023_7



Essa forma nativa de produzir o espaço resiste nas faixas periurbanas, e seria uma excelente alternativa às periferias vulneráveis que existem nas cidades amazônicas hoje, espaços de sacrifício para onde são levados os grupos que perderam seus territórios, e seus meios de vida (o rio e a biodiversidade). Separar cidade e campo significa negar o direito a quem está fora das cidades de ter mobilidade, saneamento, de contar com a inovação sobre o que sempre funcionou e que poderia ser incorporado nas cidades, também significa que as pessoas não deveriam continuar ali, que deveriam liberar seus territórios (vistas tão somente como terra) para os empreendimentos que exploram recursos ecossistêmicos. Alternativamente ao que temos hoje, as “cidades” poderiam ser atravessadas por interstícios de rios e vegetação, como sempre aconteceu na região. Os espaços da natureza deveriam ser respeitados, dando a possibilidade do trabalho que existe na região ser respeitado e mantido. O não assalariamento é compreendido como não ocupação, o que só é verdade quando a degradação impede as pessoas de realizarem o trabalho de sempre. Para dar uma dimensão do que isso significa, poderíamos reconhecer que temos uma forma peculiar de cidade-região há muito tempo. Enquanto a cidade social de Ebenezer Howard articulava um conjunto de cidades jardins que mantinham interstícios de verde entre si, na Amazônia a floresta e os rios sempre tiveram esse papel. Funcionaram como barreira e meio de comunicação entre povos indígenas e entre comunidades quilombolas e ribeirinhas. Todos ativos produtores, de uma economia baseada no extrativismo que não precisava matar a floresta. Pensar as ilhas como parte da metrópole no caso de Belém, exatamente como elas são ocupadas por ribeirinhos, que permitem que as águas fluam, pode ser uma grande inspiração para a adaptação para a elevação dos mares.

Glenda Barros: Tendo em vista sua experiência como estudante no final da década de 1980, sua formação e trabalhos acadêmicos e a sua atuação política, você percebe mudanças na formação dos arquitetos e urbanistas na região Amazônica?

Ana Claudia Cardoso: Sim, mas posso falar melhor sobre a minha realidade. Enquanto eu fui estudante de graduação, na segunda metade dos anos 1980, tive colegas que enveredaram pela fotografia, música – como o grupo Mosaico de Ravena, e pelo mundo artístico em geral. Naquele tempo, não se falava tanto em pesquisa, a graduação em Arquitetura e Urbanismo era um espaço de licença criativa, onde diversas formas de ativismo eram possíveis. Eram feitos funerais para os palacetes demolidos, apoiava-se o direito de morar de pessoas nas

https://doi.org/10.20873/dez2023_7



baixadas, mas havia pouca instrumentalização para atuar, profissionalmente, na realidade não controlada pelo mercado. E era muito comum a mudança de profissão, muitos colegas foram cursar Direito, por exemplo. Hoje, temos um programa fantástico de iniciação científica e, pouco a pouco, a pós-graduação vai influenciando a graduação com conhecimentos localizados. Temos ex-alunos que, hoje, são docentes em Instituições de Ensino Superior de vários estados da região. O relacionamento facilitado e o acesso à informação por meio da internet devem acelerar cada vez mais processos de interlocução. O Brasil nos entende um pouco melhor, e pelo menos reconhece que precisamos contar nossa própria história. Não é possível sustentar narrativas nacionais para um País deste tamanho. Todavia, esse é um processo geracional, ainda temos pessoas que creem que não devem ensinar os estudantes porque serão seus concorrentes, partindo do pressuposto de que a profissão continuará elitista. A presença de estudantes cotistas está implodindo esta crença por dentro das instituições, pois os jovens cobram que os repertórios que eles conhecem sejam incorporados aos debates e exercícios dentro da escola, e isso deve gerar novas formas de organização e atuação profissional. Com maior representação da sociedade brasileira dentro da universidade, será mais provável que o campo se adeque para atender mais do que os 10% da população brasileira que vem atendendo até aqui. Em outros países, é muito emocionante ver a Arquitetura e o Urbanismo como política pública.

Glenda Barros: Qual a sua atuação dentro do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da UFPA, que é o primeiro dessa área do Norte do Brasil?

Ana Claudia Cardoso: Sou docente e tive o privilégio de coordenar a construção da proposta de criação do curso de doutorado do PPGAU da UFPA. Em 2018, trabalhamos na avaliação periódica do programa pela CAPES, tivemos que apresentar um recurso para obtermos uma avaliação justa e com a vitória do recurso fomos convidados a submeter a proposta de doutorado. Para a área de conhecimento, é sempre bom que haja crescimento e havia consenso sobre a necessidade de termos um programa no Norte do País e que, naturalmente, a discussão amazônica seria o seu foco. Nos primeiros anos, tivemos que lidar com a tendência de nossos melhores alunos irem embora para os centros mais consolidados. Penso que algumas premiações nacionais foram importantes para mostrar que podemos fazer um bom trabalho onde estamos. Nesse sentido, estamos ajudando a mostrar que é preciso provincializar mais os grandes centros nacionais, pois não é mais possível falar sobre todo o

https://doi.org/10.20873/dez2023_7



País com acuidade e justiça. A pesquisa cresce em todas as regiões e isso deve ser reconhecido na orientação das políticas públicas. As políticas urbanas pensadas desde as grandes metrópoles não são suficientes. Há processos que são estruturais, mas também peculiaridades que conformam variantes que precisam ser enfrentadas com soluções localizadas.

Glenda Barros: Como você enxerga a criação de pós-graduações de Arquitetura e Urbanismo nas universidades da Amazônia?

Ana Claudia Cardoso: Por enquanto só temos um PPG de Arquitetura e Urbanismo na Região Norte, o da UFPA. Após pouco mais de uma década de existência do programa, já percebemos a enorme diferença com a pesquisa que foi gerada na formação dos jovens pesquisadores, e esperamos ampliar o impacto na graduação. No passado, as universidades da região Norte eram vistas como formadoras de profissionais para atender as demandas do desenvolvimento. As escolas de Arquitetura e Urbanismo surgiram vinculadas à área tecnológica, em busca de maior operacionalidade ao invés de capacidade de reflexão. É demorado mudar isso. Vemos a sobreposição de mundos: nos extremos ainda temos a postura do professor orientado pela comunicação da experiência de como atender o mercado, que acaba se mantendo em uma bolha muito pequena da sociedade dessa região, e a ação de quem procura atender a missão emancipatória da universidade, produzindo conhecimento novo que possa renovar o conhecimento já muito testado e bem-sucedido sobre como produzir moradia, cidade e habitat. É uma vitória podermos preparar pesquisadores na região para atuar na região, esse é o início da superação das décadas de formação baseada em manuais, histórias, repertórios e concepções de desenvolvimento importados. Isso pode parecer bobagem para alguns segmentos da sociedade, mas é vital para os grupos que seguem a cultura de produzir e viver própria da região, aqueles que dependem de e/ou apreciam rios e florestas e que passaram a ingressar nas universidades públicas a partir da Lei de Cotas instituída em 2012.

A Lei de Cotas está fazendo uma revolução, pois traz para dentro da universidade pessoas que jamais terão acesso ao mercado como o conhecemos, e que demandam solução para a enorme parcela da população que não conta com a assistência de profissionais de Arquitetura e Urbanismo. Isso está fomentando ações qualificadas de pesquisa e extensão, para produção de conhecimento novo, que muito se beneficia da articulação com outras instituições nacionais

https://doi.org/10.20873/dez2023_7



e internacionais. É importante que a comunicação em outras línguas possa acontecer facilmente (espanhol, inglês e francês), que seja possível comparar experiências e aproximar as regiões que passaram por processos de colonização. Assumir o racismo ambiental e institucional como uma nova forma de colonialidade, ajuda a desmascarar pressupostos muito difundidos, mas nada científicos. Só o contato com a realidade por meio de investigação situada por problemas reais torna estes aspectos mais explícitos. Precisamos de mais programas de pós-graduação na Amazônia, porque ela é imensa e diversa, além disso, precisamos trocar ideias entre nós, sobre os processos (ecossistêmicos, sociais, econômicos) que são comuns. Os padrões emergem mais facilmente com a ampliação do universo de pesquisa e não será difícil construir uma narrativa para justificar a especificidade de um novo programa em cada estado, por exemplo, se tivermos uma melhor compreensão da realidade panamazônica.

E, se pensarmos que de 80% a 60% da população dos nossos estados é não-branca, e que essa população vive em periferias de cidades médias e grandes, ou em pequenas aglomerações, começamos a perceber que a formação voltada para o atendimento de sociedades metropolitanas e industriais é insuficiente. A citada sobreposição de mundos vem sendo muito agravada pela onda neoliberal que, na periferia do capitalismo, age com velocidade e voracidade. Pesquisar o território é parte da agenda de resistência, e sabemos que as práticas que sempre souberam conviver e produzir floresta (e alimento, água e ar) poderão oferecer alternativas interessantes para as crises ambiental, política e econômica que vivemos.

Glenda Barros: A decisão de criar o Observatório Amazonidades partiu de uma necessidade de transformar a produção acadêmica sobre o urbanismo na Amazônia?

Ana Claudia Cardoso: O Amazonidades nasceu da esperança que eu e o pesquisador José Carlos Matos Pereira temos de que, neste momento, há uma condição favorável para debate sobre as cidades e o urbano na região. Digo isso porque o discurso sobre a Amazônia destaca, simbolicamente, os rios e a floresta, desprovidos de gente; isto não acontece apenas no Brasil, os países vizinhos estão fazendo movimentos semelhantes, articulando-se em uma rede de cidades panamazônicas, que também apoiamos. As pesquisas sobre a Amazônia avançaram muito em outros campos de conhecimento (biologia, geologia, climatologia, ecologia), sem o

https://doi.org/10.20873/dez2023_7



reconhecimento de que as pessoas fazem parte dos ecossistemas e que também contam com posturas e comportamento diversos. A visão da floresta e do território dos pioneiros, imigrantes, investidores, é bem diferente daquela das pessoas nascidas na região antes das grandes transformações, ou convertidas à cultura da produção a partir da biodiversidade.

O componente humano é complexo e estudar as relações socioespaciais explicita as relações de poder que são praticadas – seja de humanos em relação à natureza ou entre humanos. Massificar essa compreensão não é nada conveniente quando há grandes expectativas de lucro envolvidas. As pessoas desavisadas comparam cidades, achando que a homogeneização da paisagem que o capitalismo realiza é neutra (se há mais vias e viadutos, *shoppings* ou investimentos na produção habitacional como feito em outros contextos). Não entendem as cidades, nem o que as torna sustentáveis. E aqui há um ponto bastante sensível, pois as novelas, os filmes, os veículos de comunicação facilitam a comparação, e é importante que haja discussão para que as devidas mediações sejam feitas para a interpretação dessas paisagens, para evitar que nossas cidades sejam sequestradas por agentes imobiliários ou financeiros que estão apenas ampliando sua estratégia para novas áreas, para lucro imediato e produção de um legado complicado para quem os recebe. Nos EUA, os *shopping centers* estão fechando, com a prática crescente do comércio via internet. O que ainda estamos sacrificando para construir grandes *shopping centers*? Até quando acreditaremos que o lazer está no consumo ou no passeio ao *shopping*, e aceitaremos que nossos espaços públicos sejam inóspitos, ou que nossos rios e praias desapareçam? Responder estas perguntas aponta para soluções diferentes de mobilidade, de construção de centralidades e uma nova percepção de cultura e ambiente.

Criamos o Amazonidades para possibilitar o diálogo analítico entre nós, para formarmos um bloco capaz de conhecer o que é comum, baseado nas trocas e discussões do grupo, também para acelerarmos o avanço da pesquisa colocando a circunstância amazônica no centro do debate. Queremos fortalecer a interlocução dos grupos de pesquisa entre si, facilitar o amadurecimento dos jovens pesquisadores, e formar blocos que possam se apresentar com mais potência para instituições governamentais. Esperamos com isso acelerar a difusão da pós-graduação na região, ampliar a interlocução com segmentos do governo, ONGs e com a sociedade sobre o que estamos descobrindo como limites e possibilidades das nossas aglomerações.

https://doi.org/10.20873/dez2023_7



Glenda Barros: Apesar de jovem, o Amazonicidades já estabeleceu parcerias com outros grupos de pesquisa e entidades? Existem parcerias previstas?

Ana Claudia Cardoso: Sim, já temos uma articulação com a *Red de Ciudades* que vem sendo puxada pelo *Instituto Sinchi* baseado na Colômbia, e pela FLACSO Equador. Além disso, temos a perspectiva de estabelecer uma parceria com a FASE Amazônia, reeditando um projeto muito bem-sucedido; o COMOVA, que articulou academia e movimento social em meados da década de 2000. Temos uma interlocução aberta com alguns ministérios e pedimos uma audiência, já aprovada, para falar sobre o tema das cidades na Comissão sobre a Amazônia do Congresso Federal.

Glenda Barros: Nesse pouco tempo de existência, o Amazonicidades já esteve presente em discussões públicas sobre urbanismo ou assuntos relacionados?



Integrantes do Observatório Amazonicidades em Belém, para o evento Diálogos Amazônicos, em agosto de 2023 (Foto: Divulgação).

Ana Claudia Cardoso: Sim, pesquisadores do Amazonicidades vieram a Belém para os Diálogos Amazônicos e aproveitamos para fazer o lançamento público do Observatório e de nosso Manifesto, que está publicado neste número da Revista Amazônia Moderna. Aproveitamos uma atividade autogestionária coordenada pela FASE, intitulada “Cidades sedentas cercadas por águas e outras Amazonicidades”, para lançar o manifesto após a falas

https://doi.org/10.20873/dez2023_7



de mais de uma dezena de representantes do movimento social panamazônico. Após ouvirmos o relato de camponeses, ribeirinhos, quilombolas, indígenas, periféricos, ativistas climáticos urbanos, apresentamos nossa plataforma, como contribuição para a luta por uma Amazônia social e ambientalmente justa. Na fase preparatória deste evento fui convidada a fazer a relatoria de uma plenária sobre a Amazônia Urbana, que foi cancelada em benefício do Fórum de Cidades, proposto pelo Prefeito de Belém, Edmilson Rodrigues, e apoiado pelo Ministério das Cidades, GIZ, Redus e por agências de fomento como o Banco Interamericano de Desenvolvimento. Apesar do cancelamento da plenária, a relatoria sobre a Amazônia Urbana foi produzida por mim e entregue à equipe da Presidência da República (todas as relatorias foram feitas por pesquisadores ligados à UFPA), a partir de busca no relato síntese de todas as atividades autogestionária e das informações encaminhadas por estudantes e pesquisadores do Amazonicidades.

Glenda Barros: Quais as possibilidades que o Amazonicidades traz para o debate sobre o urbano em uma região onde esse assunto não é um tema de destaque?

Ana Claudia Cardoso: Temos tido a experiência de colocarmos em uma sala virtual pessoas que falam sobre cada um dos estados da região e representantes do governo federal, ou de ONGs. Não é uma pessoa falando pelo grupo, é o grupo podendo se expressar de modo orgânico. Acreditamos que a compreensão dos problemas tem sido ampliada e torna mais fácil a inclusão das cidades na discussão sobre a Amazônia. Temos pessoas alinhadas de vários campos disciplinares (Sociologia, Economia, Engenharia, Serviço Social, Geografia, História, Antropologia, além da Arquitetura e Urbanismo), o que permite uma maior acuidade na análise dos processos complexos que afetam a região. A perspectiva multiescalar e interdisciplinar poderá potencializar nossa capacidade de acesso a recursos e facilitar agrupamentos de pesquisadores para caracterização da região e apresentação de agendas de investigação.

Glenda Barros: Por que o urbano não é um tema que tenha espaço nos debates sobre a Amazônia?

Ana Claudia Cardoso: Porque as pessoas se habituaram a reconhecer o urbano a partir das grandes cidades. Como a metrópole é a heterotopia no contexto amazônico, isso não dá certo

https://doi.org/10.20873/dez2023_7



por aqui. Os segmentos que desejam dinâmicas econômicas baseadas no século XX acham que não temos o que oferecer e que estamos atrás! Isso só pode ser superado com a compreensão de que outra urbanização, que historicamente já é produzida por aqui, é possível e também desejável se quisermos manter a floresta em pé e o planeta habitável por humanos.

Glenda Barros: Pensar o urbano nessa região é uma forma também de refletir sobre a zona rural e as florestas? É uma forma de repensar a dicotomia entre a cidade e o campo; a mata e os centros urbanos?

Ana Claudia Cardoso: Sim, fomos levados a acreditar que floresta e urbanização eram incompatíveis, o detalhe é que isso só é verdadeiro para a urbanização capitalista. A pesquisa arqueológica tem nos dado pérolas preciosas, ajudando a difundir outras formas de urbanização já praticadas na região e que resultaram na produção da floresta, no manejo de rios (formando diques, ilhas, canais) e solos (formando tesos e terra preta, a mais fértil jamais conhecida). Historicamente, o capitalismo afastou a produção de alimentos das cidades e desenvolveu estratégias de separação de rejeitos (lixo, esgoto e águas servidas) dos solos que precisam ser nutridos para dar lugar a produtos químicos. Também passamos a acreditar que o consumo era algo que favorecia a economia e melhorava a qualidade de vida das pessoas, só não nos disseram que isso só acontece no centro do sistema. Na periferia, a ação é seletiva, incompleta, restrita ao mínimo para viabilizar a exploração e tudo isso já acontece em uma fase em que robôs, automação e inteligência artificial reduzem a demanda por trabalho humano. No nosso contexto, isso articula totalmente rios, floresta, cidade e o que está se transformando em campo de produção de commodities por eliminação da floresta. As pessoas estão cercadas por águas contaminadas dentro e fora das cidades, nas cidades isso é contornado por caríssimas macrodrenagens que canalizam e domam os rios internos, mas, fora delas, a injustiça e o racismo ambiental são potencializados e isso gera um círculo vicioso de produção de periferias e degradação. Apesar dos investimentos, as cidades têm produzido mais áreas de risco, que já extrapolam as periferias. Explicando, em Belém, os alagamentos já acontecem por todo centro metropolitano, agravados pela supressão de vegetação, de solo permeável e pelo aterro das várzeas. O mesmo caminho está em curso em Macapá, onde as ressacas vêm sendo aterradas, como ocorreu com as baixadas de Belém. Ainda nessa região estuarina, vemos estivas serem construídas em concreto, e casas serem construídas em alvenaria sobre lajes, em substituição às palafitas, com vários pavimentos e clara ocorrência

https://doi.org/10.20873/dez2023_7



de recalque. A facilidade de acesso a materiais de construção somada ao desaparecimento da madeira de lei (em decorrência do desmatamento) tem acelerado um processo de transformação novo, não testado, não conhecido.

Quanto peso a lama pode suportar? Por que a carpintaria está desaparecendo na Amazônia? Por que nossas cidades não podem preservar várzeas e manter usos agroecológicos, como era no passado? Até quando deixaremos a expansão das cidades engolir quilombos, aldeias, vilas camponesas, suprimir rios, eliminar a floresta, e com tudo isso eliminar a cultura, a identidade e a segurança alimentar? Temos investigado e publicado material que destaca o quanto a floresta era interstício entre as aglomerações humanas, funcionando como barreira e como meio de permeabilidade, como local de cultivo para circuitos curtos de produção de alimento e manejo dos descartes da aglomeração. Em uma perspectiva ecossistêmica, precisamos lembrar que a cidade, ou qualquer outra escala de aglomeração, é construída sobre o que chamamos de natureza, e que estes artefatos precisam respeitar os limites ecossistêmicos para não gerarem degradação e zonas de sacrifício. Rios e matas precisam cortar as cidades, como parte de uma trama verde e azul, que também percebemos que é uma trama de povos da floresta, visto que as vilas (aldeias, comunidades, aglomerados rurais) formam corredores ao longo dos rios, e que esse padrão de ocupação territorial transcende, totalmente, a dicotomia urbano-rural. Eu considero estes arranjos muito inspiradores para o que poderá ser uma nova concepção de ordenamento territorial, que reconheça que todas as escalas e denominações devem ser vistas sistemicamente.

A autora declarou não haver qualquer potencial conflito de interesses referente a esta entrevista.

Recebido em: 07/12/2023

Revisado em: 18/12/2023

Aceito em: 20/12/2023